



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional.

### TENDÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS NO ALTO SERTÃO PARAIBANO

Elma Maria da Silva Abrantes<sup>1</sup>  
Paloma Rávyla de Miranda Lima<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa dados provenientes de levantamento sobre o mercado de trabalho dos assistentes sociais em Sousa (PB). A partir de uma análise quanti-qualitativa dos dados, identificaram-se tendências da fragilidade dos vínculos empregatícios e insuficiente absorção profissional, mas com uma maior diversidade de vínculos e instituições, tendo em vista a particularidade do município na região.

**Palavras-chave:** Mercado de Trabalho; Serviço Social; Interiorização do ensino superior.

**Abstract:** The article analyses data from a public from a public survey the employment of the social worker at Sousa (PB). Using quali-quantitative methodology, this article identifies fragility tendencies regarding employment relationships and insufficient professional reception in the labor market, while possessing a wider diversity of institutional bonds, taking into account the particularity of the municipality in the region.

**Keywords:** Labor Market; Social Work; Interiorization of Superior Education.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo, elaborado para o 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, faz parte de reflexões e pesquisas que temos elaborado acerca das configurações do mercado de trabalho das/os assistentes sociais no interior da Paraíba, especialmente no alto sertão paraibano.

Tais reflexões buscam se aproximar da dinâmica concernente à ampliação do mercado de trabalho para os assistentes sociais no Brasil a partir dos anos 2000 – ocasionadas, especialmente, pelas políticas sociais desenvolvidas durante os governos Lula e Dilma – e a massificação e interiorização do ensino superior no mesmo período.

Desse modo, faz-se necessário compreender como têm se configurado as particularidades desse processo, numa tentativa de revelar as conexões entre as tendências mais amplas do mercado de trabalho no Brasil e suas expressões no mercado de trabalho para as/os assistentes sociais.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Campina Grande, E-mail: paloma\_rml@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Campina Grande, E-mail: paloma\_rml@hotmail.com.

Sendo assim, o objetivo do artigo é apresentar o levantamento realizado do mercado de trabalho das/os assistentes sociais em Sousa (PB), principalmente as características relacionadas ao tipo de instituição, quantidade de profissionais e o vínculo empregatício, na busca de relacionar a absorção de assistentes sociais neste mercado com as tendências mais amplas que têm se revelado no Brasil.

Diante da viabilidade da pesquisa, a escolha metodológica pelo município de Sousa-PB deu-se devido à significativa importância socioeconômica que o mesmo possui na região do alto sertão, principalmente como um dos principais polos de formação profissional de assistentes sociais por meio do curso de Serviço Social da universidade federal lá sediada.

A pesquisa tem cunho quanti-qualitativo, baseada principalmente em bancos de dados públicos e em fontes teóricas para encadear criticamente as sínteses, sendo exposta, primeiramente, a partir de uma breve síntese de reflexões teóricas sobre as principais tendências contemporâneas do mercado de trabalho brasileiro, baseadas na já conhecida produção científica crítica da área; em seguida, trazemos uma breve discussão acerca do processo de massificação e interiorização do ensino superior brasileiro e seus rebatimentos na ampliação de assistentes sociais que estão sendo formados; e os dados do levantamento do mercado de trabalhos dos assistentes sociais em Sousa (PB).

## **2 MERCADO DE TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL E AS SUAS PARTICULARIDADES NO ALTO SERTÃO PARAIBANO**

O Brasil passou por transformações societárias, vivenciadas a partir da segunda metade do século XX, sobretudo a partir da década de 1990, o que acarretou mudanças nas condições do exercício profissional do/a assistente social tais como: a incorporação de novas tecnologias, mudanças organizacionais e a aceleração nos ritmos de trabalho, ocasionando o aumento do índice de desemprego, subemprego, terceirizações, contratos precários de trabalho, entre outros (ANTUNES, 1995).

Essas transformações decorreram do governo do presidente Fernando Collor de Mello/Itamar Franco (1989-1993) e consolidaram-se no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Tais transformações consistiam em “reformas” orientadas para o mercado, as quais tencionavam encontrar “saídas” para a crise econômica e social, indicando problemas no âmbito do Estado brasileiro (BEHRING, 2003).

Os ideários neoliberais vêm tendo consequências negativas no mundo do trabalho, tendo como frutos os reajustes estruturais que rebatem diretamente na classe trabalhadora. A flexibilização do trabalho é uma estratégia para diminuir os gastos com as forças produtivas; dessa forma, podemos observar o crescente aumento no trabalho informal e do

processo de terceirização, enfraquecendo os movimentos sindicais e impedindo cada vez mais a luta por melhores condições de trabalho.

Segundo Netto (1996), é necessário compreender este contexto de mudanças no mercado de trabalho, para fazermos uma reflexão sobre as possibilidades de desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, pois este período de transformações “afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades, etc.” (NETTO, 1996, p. 87).

O capital, neste processo, passa a exigir um trabalhador super qualificado e/ou polivalente, que tenha capacidade de decisão requerida pelas novas tecnologias emergentes (ANTUNES, 1995). Esse discurso de inúmeras qualificações é o que gera alta rotatividade, alta informalidade, baixos salários e desemprego, pois estará sempre disponível um exército industrial de reserva para atender as demandas que o capital impõe conforme suas regras.

Assim, o mundo do trabalho passa por profundas mudanças na suas reações, a denominada nova morfologia do trabalho (ANTUNES, 1995), gerando insegurança e desproteção para a classe trabalhadora, pois as novas formas de contratação dão-se através da terceirização, contratos temporários, ou contrato por um projeto específico, quando o trabalhador conclui é que recebe sua remuneração sem nenhum vínculo com o empregador, sem qualquer direito trabalhista assegurado, o que representa a baixa proteção social para a classe trabalhadora.

Desse modo, nos anos 1990, inicia-se no Brasil um amplo retrocesso em relação aos direitos sociais conquistados e declarados na CF/1988, quando o desmonte do Estado brasileiro advirá através de reformas norteadas e monitoradas pelas organizações internacionais (Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional, Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas), com o apoio amplo da burguesia brasileira, como também dos políticos.

A reestruturação mundial do capitalismo rompeu com o compromisso social entre as classes, estimulando o processo de perda de direitos sociais, inclusive os direitos trabalhistas. Com o mercado de trabalho cada vez mais precarizado, a classe trabalhadora vivenciava formas antigas de trabalho, não dispondo de garantias e direitos, adentrando fortemente no trabalho informal. Conforme explica Iamamoto:

Esse processo de “modernização da produção” vem redundando, contraditoriamente, na recriação de formas de trabalho antigas, como o trabalho a domicílio, o trabalho familiar, o não reconhecimento de direitos sociais e trabalhistas e, fundamentalmente, um maior índice de desemprego estrutural (IAMAMOTO, 2014 p. 32).

A consequência da flexibilização das relações de trabalho causa precariedade, terceirização da mão de obra<sup>3</sup>, a informalidade e a fragmentação dos movimentos sociais e sindicais, perda daquilo que assegurava ao trabalhador seus direitos adquiridos coletivamente e assegurados por lei.

Tais configurações impactam diretamente no mercado profissional de trabalho, seja por sua ampliação, ocasionada pelo desenvolvimento das políticas sociais pós-88, seja por sua precarização, determinada pelos condicionantes diretos da reestruturação produtiva na atualidade.

## 2. 1 Expansão, interiorização e privatização da educação superior no Brasil e seus rebatimentos no Serviço Social

A expansão do ensino superior no Brasil é um processo que está diretamente ligado às contrarreformas do Estado. As ações do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC 1995-2003) causaram mudanças na educação através da consolidação do projeto neoliberal, através da adoção da agenda preconizada pelos organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Foram iniciados processos da expansão do ensino superior como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento do Ensino Superior (FIES), que beneficiaram a rede privada com investimentos que deveriam ser destinados às instituições públicas; assim, essa expansão predominou na iniciativa privada, o que abriu também o precedente para as privatizações e a massificação através do Ensino à Distância (EAD).

Durante os governos do PT, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) dão seguimento, de modo diversificado, à agenda de contrarreformas iniciadas por Fernando Henrique Cardoso pelas quais a educação perpassa por dois pontos: a diversificação das instituições responsáveis pelo ensino e a diversificação das fontes de financiamento pela qual expande as esferas públicas e privadas.

A partir deste período, os principais mecanismos para o acesso ao ensino superior no âmbito das universidades públicas foram: o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implantação do Sistema

---

<sup>3</sup> Conforme extração de dados do IPEA (2015), fizemos um comparativo dos anos 1992, o primeiro ano de análise de dados que consta no site e também dentro do contexto neoliberal até o ano de 2012, que é a última atualização que o site dispõe. Em 1992, os trabalhadores com carteira assinada totalizavam 17.430.518, os empregados públicos ou militares somavam 6.588.429, já os empregados sem carteira assinada totalizavam 41.133.667. Em 2012, os trabalhadores de carteira assinada representam 36.912.144, os empregados públicos ou militares 9.165.252 e os empregados sem carteira assinada 48.635.490.

de Seleção Unificada (SISU) e a Política de Ações Afirmativas<sup>4</sup>.

Quanto aos investimentos no âmbito do setor privado: o Fundo de Financiamento do Ensino Superior (FIES), o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e ainda o Ensino a Distância (EAD) que atua de forma mais intensa nos setores privados, mas possui algumas instituições públicas adequadas a essa modalidade. Lima (2007) aponta que todas essas legislações tiveram o objetivo de expandir o ensino superior no Brasil, seja no campo público ou privado.

Conforme o Censo da Educação Superior do INEP (2016), das 2.407 IES brasileiras, 2.111 são privadas e apenas 296 são públicas. Ou seja, 87,7% das IES são de categoria administrativa privada. Um exemplo claro disso é o investimento deste governo no FIES como principal estratégia para a massificação da educação superior e, por isso, legitima o sucateamento planejado e sistemático das universidades públicas (LEHER, 2010).

Já em relação às matrículas dos/as alunos/as/as, houve um aumento de 2006 a 2016 de 7,2% nos cursos de modalidade EaD, enquanto as matrículas em cursos na modalidade presencial diminuíram 1,2% conforme mostram os dados do Censo da Educação Superior do INEP (2016).

Os dados acima evidenciam que, embora o número de matrículas seja maior nos cursos de modalidade presencial (6.554.283), as matrículas nos cursos na modalidade EaD (1.494.418) vêm crescendo a cada ano, dimensionando quantitativamente a massificação presente no processo de expansão do acesso à educação superior no Brasil.

Em dados mais recentes, o Censo da Educação Superior do ano de 2013 demonstra quantitativamente os últimos resultados apresentados do que consta o número de Instituições de Educação Superior (IES) e matrículas de graduação, ingressos por modalidade presencial e à distância, se expandiram entre Centros Universitários, Faculdades e Institutos/Centros de ensino técnico, que totalizam 2.196 instituições (92%), enquanto existiam no ano 2013 apenas 195 universidades.

Além da expansão, houve uma interiorização do ensino superior, tanto nas universidades públicas como nas privadas. A meta do plano de governo era trazer a interiorização dessas instituições. De acordo com o MEC, um dos objetivos do REUNI é promover o desenvolvimento de cidades populosas, mas que não são tão desenvolvidas economicamente.

No caso específico do curso de Serviço Social, esta tendência de expansão e interiorização também se afirmou, e, de acordo com dados coletados do sistema E-MEC, especialmente após a criação do REUNI em 2007.

---

<sup>4</sup> A política de cotas foi aprovada através da Lei nº 12.711/2012 e garante cinquenta por cento das vagas das instituições de ensino superior públicas federais para alunos/as que estudaram o ensino médio todo em escola pública ou da educação de jovens e adultos e outros cinquenta por cento permanecem para ampla concorrência.

Iamamoto (2014) informa que existiam no país 253 cursos de Serviço Social, sendo 207 IES privadas, o que corresponde a 82% do total e apenas 46, ou 18%, pública. A expansão veio seguida da ampliação do ensino à distância, que hoje é responsável pela oferta de 30% do total de vagas ofertadas, contra 70% na modalidade presencial. Os cursos à distância, de acordo com a autora, foram responsáveis, até o ano de 2008, por 9.760 vagas para formar Assistentes Sociais no país.

Apesar de os dados mostrarem que a expansão e interiorização dos cursos de Serviço Social são mais expressivos nas instituições privadas e no ensino à distância, devemos destacar que houve um aumento significativo nas instituições públicas de ensino de acordo com os dados do E-MEC<sup>5</sup>. No Nordeste, destaca-se a criação especialmente dos cursos instituídos na Bahia, estado nordestino que não tinha nenhum curso público de Serviço Social.

O curso de Serviço Social em Sousa é justamente um destes cursos, fruto do REUNI, visto como um avanço no acesso à universidade, principalmente aos filhos da classe trabalhadora que vivem fora dos grandes centros urbanos, onde se inseriam quase que exclusivamente as IFES.

No entanto, o processo de expansão do ensino superior no Brasil evidencia um caráter privatista e de disfarce no discurso da democratização, tendo em vista que esta expansão não foi apenas para favorecer o acesso da classe trabalhadora à educação superior, mas, antes de tudo, para atender a algumas determinações do capital de massificar a quantidade de trabalhadores especializados para rebaixar seus salários e diminuir seus direitos trabalhistas, devido à grande quantidade de força de trabalho formada/especializada, seja no serviço social como em outras profissões.

## 2. 2 Tendências atuais do mercado de trabalho do/a assistente social e particularidades dos espaços sócio-ocupacionais em Sousa-PB

As configurações contemporâneas do mercado de trabalho do/a assistente social têm como determinações as metamorfoses sofridas pelo mundo do trabalho a partir da crise do capital e as incidências da reestruturação produtiva na realidade brasileira, no qual se reconfiguram antigos espaços de trabalho e se abre um leque de novas inserções sócio

---

<sup>5</sup> Conforme dados levantados pelo sistema do Ministério da Educação – e-MEC e dos principais resultados do Censo da Educação Superior, os cursos públicos de Serviço Social criados no período de 2003 a 2016, nas seguintes IES da região Nordeste foram: Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em Palmeira dos Índios/Alagoas; Universidade Federal da Bahia (UFBA) em Salvador/Bahia; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) em Cachoeira/Bahia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) em Iguatu/Ceará; Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) em Sousa/Paraíba; e Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Serra Talhada (FACHUSST) em Serra Talhada/ Pernambuco.

profissionais.

O/a assistente social inserido no mercado de trabalho dispõe de uma relativa autonomia ao gozar das prerrogativas que estão presentes nas profissões liberais, como a singularidade da relação com os seus usuários, que por sua vez se pressupõe a partir da compra e venda da sua força de trabalho pelos diferentes empregadores.

São estes empregadores que especificam as diretrizes da intervenção profissional, distinguindo quais são as demandas a serem atendidas, delineando, assim, o seu espaço de atuação. Como consequência desta questão, podemos destacar ainda, conforme Iamamoto (2008), a “dificuldade da materialização dos princípios éticos nesses espaços de trabalho”, pois esses profissionais não dispõem de condições objetivas para a operacionalização da sua intervenção, porém se faz imprescindível que disponha de condições subjetivas (qualificação profissional) para mediar e viabilizar os direitos da população usuária.

Avista-se, sobretudo a partir dos anos 1990, a ampliação do mercado de trabalho do/a assistente social, constituído a partir das mudanças na estruturação das políticas sociais pós CF-88, assim como se impõem novas demandas postas pelo recrudescimento das expressões da “questão social”.

É sabido que atualmente – assim como historicamente - o maior empregador do/a assistente social no Brasil é o Estado, nas esferas federais, estaduais e municipais. Mas os assistentes sociais também são contratados por empresas, ONGs e ainda podem trabalhar como profissionais liberais, desenvolvendo projetos sociais e consultoria; desta forma, possibilita a ampliação do mercado de trabalho em Serviço Social, apesar da assessoria e consultoria serem pouco exploradas no Nordeste.

O CFESS realizou uma pesquisa identificando o perfil do/a assistente social nesses espaços. A pesquisa “Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional” foi realizada no ano de 2004 e publicada em maio de 2005 em edição impressa (CFESS, 2005).

A pesquisa aponta que grande parte das (os) profissionais (77,19%) possui apenas um vínculo empregatício, porém a ausência de vínculos aparece em segundo lugar (11,74%), o que é um indicador de não-inserção no mercado de trabalho

De acordo com os dados da pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2015), no mercado de trabalho dos assistentes sociais<sup>6</sup> no Brasil e com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), no ano de 2013, o número de Assistentes Sociais ocupados<sup>7</sup> era de 204.747. Para critérios

---

<sup>6</sup> Para este estudo, tanto na utilização de dados da PNAD-IBGE como da RAIS-MTE, foi considerado a CBO de código 2516 – ASSISTENTES SOCIAIS E ECONOMISTAS DOMÉSTICOS. Dada a natureza dos dados, não foi possível desagregação maior das ocupações.

<sup>7</sup> A utilização dos termos “ocupados/ocupação” foi conforme constam nas pesquisas de levantamentos estatísticos sobre o mercado de trabalho dos assistentes sociais.

de comparação da evolução, em 2004 o número de assistentes sociais era de 96.535, ou seja, em um intervalo de 10 anos, o número mais que dobrou, muito acima do crescimento verificado no mercado de trabalho como um todo.

Esse crescimento é explicado através do processo de ampliação das políticas sociais no Brasil, mas também da descentralização dessas políticas; o número de assistentes sociais cresceu mais que a média da ocupação no país, no emprego assalariado formal no setor público municipal.

Os dados da pesquisa nos mostram que, enquanto em 2004, 36,0% dos/as assistentes sociais atuavam junto ao poder público municipal, em 2013 este percentual cresceu para 52,1%. Assim, a maior parte do crescimento do número de assistentes sociais atuantes entre 2004 e 2013 deu-se neste ramo de atividade, sendo responsável por mais de 66% do total do aumento do número de assistentes sociais ocupados no país (DIEESE, 2015).

A pesquisa também mostra dados sobre a distribuição dos/as assistentes sociais por região no Brasil. No Sudeste, em 2004, 48,8% dos/as assistentes sociais estavam ocupados; em 2013, houve expressiva desconcentração na ocupação, caindo para 36,4%; isso aconteceu no processo de expansão das políticas públicas e do crescimento do terceiro setor<sup>8</sup>. Parte desta desconcentração ocorreu principalmente devido ao crescimento no Nordeste, que passou de 17,4% em 2004 para 29,4% em 2013. No geral, ocorreu crescimento no número de assistentes sociais no Norte e no Nordeste, com queda nas demais regiões, sendo mais evidente na região Sudeste.

Na Paraíba, conforme a pesquisa, foi identificado um total de 1.631 assistentes sociais inseridos/as no mercado de trabalho, o que representa 2,4% da inserção total, sendo 90,1% inseridos na esfera pública e 9,9% no setor privado.

Diante o exposto, visamos a percorrer um caminho para compreender a realidade de Sousa/PB, a fim de identificar os espaços sócio-ocupacionais dos/as assistentes sociais e como a força de trabalho na microrregião do alto sertão da Paraíba vem sendo absorvida. Para tal, faz-se necessária uma breve explanação sobre a cidade que hoje é conhecida como a Cidade Sorriso.

Localizada na parte árida do estado da Paraíba, mais precisamente no alto sertão, o município de Sousa tem uma população de 65.803 habitantes conforme o último censo do IBGE em 2010; a população estimada em 2018 é de 69.161 habitantes. A população urbana é de 51.881, o que corresponde a 78,84% do total; a população rural é de 13.922 e equivale a 21,16% do total. O cultivo de terra é praticado até os dias atuais, mas o município possui

---

<sup>8</sup> O terceiro setor surgiu diante dos processos de desestatização, desregulamentação e privatização, ocorridos no Brasil, principalmente, no período neoliberal; é formado por ONGs onde atuam também assistentes sociais.



uma economia bastante diversificada, onde predomina a atuação do comércio e de indústrias. A cidade tem como atributo principal os costumes sertanejos. Além disso, preserva memórias religiosas e mantém construções históricas, edificadas desde sua fundação, em seus 738,547 km<sup>2</sup> de extensão.

De acordo com o IBGE (2016), o salário médio mensal dos trabalhadores formais da cidade de Sousa é de 1,6 salários mínimos. O Pessoal ocupado totaliza 10.243 pessoas, o que significa 14,8% da população. O percentual da população com rendimento nominal mensal per capita é de até 1/2 salário mínimo, 44 % (2010).

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 57,26% em 2000 para 58,80% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 13,94% em 2000 para 9,65% em 2010. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0.668 (2010), e o PIB per capita é de R\$ 14.149,90 (2015).

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 16,77% trabalhavam no setor agropecuário, 0,10% na indústria extrativa, 8,17% na indústria de transformação, 7,86% no setor de construção, 1,26% nos setores de utilidade pública, 21,71% no comércio e 41,39% no setor de serviços (IBGE, 2016).

Iniciamos os dados sobre o mercado de trabalho dos/as assistentes sociais<sup>9</sup> pontuando os cargos da esfera federal no qual o levantamento foi feito através de visita institucional. Ressaltamos que, para atuar nas instituições federais e do poder judiciário, é necessário ser aprovado em concurso público e o regime é estatutário, sendo: 02 profissionais na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); 02 no Instituto Federal da Paraíba (IFPB); e 01 no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

No âmbito do setor judiciário, podemos observar que na Justiça Federal não existe assistente social, devido à ausência desta profissão em tal órgão. Identificamos a partir da realização do estágio supervisionado que as maiores demandas que os/as profissionais do CREAS recebem são as solicitações que a própria Justiça envia, as quais muitas vezes geram o acúmulo de trabalho, tendo em vista que apenas um/a assistente social não consegue dar conta de atender o município e das demandas que chegam da instituição federal.

No que diz respeito à esfera estadual, fizemos o levantamento de dados no site do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba através do Sagres Online<sup>10</sup>. Foi possível constatar que os/as profissionais podem ser inseridos tanto através de concurso público, em que se

<sup>9</sup> Ressalta-se que todos os dados relativos ao mercado de trabalho dos/as assistentes sociais em Sousa é do ano de 2018.

<sup>10</sup> Site utilizado para pesquisa dos cargos estaduais e municipais em Serviço Social na cidade de Sousa/PB <https://sagres.tce.pb.gov.br/pessoal01.php>. Acesso em 29 de novembro de 2018 às 16h48.

tornam efetivos com a aprovação, quanto através de cargos comissionados que são ocupados de forma temporária, sendo: 12 assistentes sociais no Hospital Regional de Sousa, metade com vínculo efetivo e a outra metade com vínculo temporário; 02 assistentes sociais na Secretaria Estadual de Educação, com vínculo efetivo; e 01 assistente social no Tribunal de Justiça da Paraíba, com vínculo efetivo.

Em relação à esfera municipal, o procedimento utilizado para coleta de dados foi igual ao do âmbito estadual: o mesmo site fornece essas informações. Nesta esfera, existem vários espaços de atuação dentro de cada secretaria. Na assistência social, por exemplo, os assistentes sociais podem atuar nos órgãos como CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, SCFV, contendo: 07 assistentes sociais de vínculo efetivo no Fundo Municipal da Saúde; 05 na Unidade de Pronto Atendimento (UPA), com vínculo temporário; 06 na Secretaria Municipal de Assistência Social com vínculo efetivo; e 02 nos Centros de Atenção Psicossocial I e II, com vínculo efetivo.

Já relacionado às empresas privadas, identificamos, através das visitas institucionais, que, mesmo existindo no município várias empresas de grande porte em comparação com os municípios circunvizinhos, apenas uma delas contratou o trabalho de 01 (uma) assistente social, com o vínculo pela CLT.

Após breve caracterização destes espaços de trabalho em Serviço Social, observamos que no setor privado a inserção de assistentes sociais ainda é mínima, embora a cidade possua grandes empresas e indústrias. Esse resultado não difere do âmbito nacional, conforme dados da pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) no mercado de trabalho dos/as assistentes sociais, na qual 66,7% dos/as assistentes sociais estavam empregados no setor público e 33,3% no setor privado.

No que se refere à educação, apesar da importância e necessidade da atuação de assistentes sociais, os dados nos mostram que é um espaço com poucas oportunidades na nossa cidade; nenhuma escola pública ou privada possui assistentes sociais no seu quadro de funcionários. Esse cenário provavelmente só irá mudar caso o projeto de lei n.º 3688/2000 que dispõe sobre a inserção de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola seja aprovado.

Em relação aos/às assistentes sociais inseridos no Terceiro Setor na cidade de Sousa, estes/estas atuam em instituições filantrópicas como abrigo de idosos, portanto são funcionários/as contratados pela prefeitura e cedidos para essas instituições, tendo em vista que as mesmas funcionam pela filantropia e os recursos que recebem não são suficientes para pagamento do salário dos/as assistentes sociais.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As configurações contemporâneas do mercado de trabalho para as/os assistentes sociais no Brasil têm refletido as tendências mais amplas do mercado trabalho no contexto da ofensiva reestruturação produtiva que desregulamenta o trabalho para que haja uma maior exploração da população trabalhadora para obtenção de uma taxa maior de lucros, nos mais variados setores, reatualizando formas bárbaras e arcaicas de exploração ao tempo em que convive com tecnologia de ponta, com consequências no alto desemprego, alta rotatividade, alta informalidade e baixa proteção ao trabalho.

Na particularidade de Sousa-PB, os dados apontam que estas tendências se revelam para o mercado de trabalho dos assistentes sociais sobretudo na alta quantidade de vínculos empregatícios frágeis, a partir de contratos temporários, que fortalecem a lógica da rotatividade da força de trabalho. Apesar de ser um mercado de trabalho mais dinâmico em termos de instituições públicas que contratam assistentes sociais, tendo em vista que tal município é um dos pólos importantes na região do sertão paraibano, ainda prevalece uma insuficiente absorção profissional comparada às demandas do município e das demais cidades circunvizinhas.

No atual contexto de acirramento das contrarreformas nas políticas sociais, tal mercado de trabalho tende a uma retração e maior fragilidade de vínculos, impulsionando ainda mais o exército assistencial de reserva e o rebaixamento dos salários, tendo em vista que é significativa a quantidade de profissionais que são formados todos os anos nas instituições de ensino superior no município e nas cidades circunvizinhas.

### REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 2.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

CADASTRO NACIONAL DE CURSOS E INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (e-MEC) Disponível em: <https://emec.mec.gov.br>. Acesso em 21 de novembro de 2018 às 17h55.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional / Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social*. Brasília: CFESS, 2005.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Mercado de trabalho dos/as assistentes sociais (2013)*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br>. Acesso em: 23 de novembro de 2018 às 19h45.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2016)*. <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas>. Acesso em: 23 de novembro de 2018 às 17h40.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo da Educação Superior (2016)*. Disponível em: [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br). Acesso em 28 de novembro de 2018 às 17h17.

LEHER, Roberto. Capitalismo dependiente y Educación: propuestas para la problemática universitária. In LEHER, Roberto. *Por una reforma radical de las universidades latinoamericanas*. Rosario: Homo Sapiens Eiciones, 2010.

LIMA, Katia. *Contra-reforma na Educação Superior: de FHC a Lula*. São Paulo: Xamã, 2007.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 50, ano XVII. São Paulo: Cortez, 1996.